

BATISMO DE AFRICANOS NA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DAS ITAPOROROCAS – FEIRA DE SANTANA (1785 -1826).

Yves Samara Santana de Jesus¹

1) Cenário do Tráfico na Bahia

A maioria dos registros de batismo de escravos analisados no presente trabalho é de crianças escravas batizadas, por razões evidentes. Vale destacar, que nos registros de batismo encontra-se a presença africana entre os escravos apadrinhados na Freguesia de São José das Itapororocas. Nesta perspectiva, analisar o compadrio e apadrinhamento de escravos africanos trata-se de adentrar em uma temática ainda pouco abordada nos estudos sobre a escravidão no Brasil. Os referenciais teóricos utilizados na pesquisa permitem contextualizar o processo de recebimento do sacramento cristão pelos negros africanos, ou seja, a compreensão da importância do batizado é feita a partir da compreensão das peculiaridades existentes na formação de laços espirituais e sociais. Neste contexto, o batismo de africanos no Sertão Baiano abria as portas da comunidade cristã para a criação de laços de solidariedade e sociabilidades entre os membros das escravarias. Os laços de solidariedades poderiam ser (re) construídos através de alianças entre iguais e semelhantes mesmo utilizando-se de vivências passadas, memórias e lembranças do outro lado do Atlântico, os africanos conseguiam transfigurar suas trajetórias anteriores em novas relações étnico-sociais na comunidade escravista. Na visão de Schwartz sobre a importância do batismo pra o recém chegado:

No contexto do catolicismo, o batismo era a principal maneira de tornar alguém indivíduo, escravo ou livre, membro da sociedade cristã. Não obstante, os escravos tinham diversos meios de criar elos de associação ou formas de parentesco, tanto dentro das estruturas da sociedade predominante quanto fora delas. Os laços criados por etnia, pela língua, pela religião e pelas políticas africanas continuaram a funcionar no Brasil, como demonstram as rebeliões etnicamente organizadas no início do século XIX. (p.261).

¹ Mestre em História Regional e Local na Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Campus V, Santo Antonio de Jesus, e-mail: yves_samara@hotmail.com.

As ligações sociais elaboradas pelos negros africanos eram respeitadas e mantidas ao longo do processo de exploração da mão - de obra cativa. Na localidade de São José das Itapororocas, a presença de africanos na pia batismal não teve muita expressividade e essa baixa contingência populacional esteve relacionada com a estruturação do tráfico interno de escravos na Freguesia e com o processo sócio-histórico do movimento portuário do tráfico negreiro no Continente Africano. No contexto do tráfico atlântico, a região feirense não foi contemplada com um alto número de africanos.

A fixação dos africanos ao novo local de trabalho e moradia permitiu à criação de laços de solidariedade e de ajuda mútua² na comunidade escravista, destacando-se a Freguesia de São José das Itapororocas, no qual, a presença da população negra africana não seja tenha sido expressiva, os africanos tiveram importância na criação e solidificação dos laços de solidariedades criados na sociedade agrestina. Os negros africanos batizados no território feirense recebiam um nome católico e a unção aos santos óleos igualmente os escravos de outras procedências étnicas, neste aspecto, os cativos se apropriaram dos signos do catolicismo ressignificação em uma resistência adaptativas a aceitação do sacramento, ou seja, os cativos aceitavam a imposição Católica advindos de possíveis alianças entre livres e libertos.

Os novos aportes teóricos sobre a história da escravidão estão sendo fundamentados nos estudos sobre a especificação dos grupos étnicos na Bahia e na construção de uma nova etnicidade culturais impostas pela Cristandade Colonial e as grandes escravarias do Sertão Baiano. O processo de classificação dos africanos recém – chegados³ ao Brasil foi iniciado pelo tráfico negreiro. Os grupos ou nações que classificavam os africanos recém-chegados eram baseados em semelhanças físicas ou culturais. Como expôs Reis, neste trecho:

Termos étnicos como nagôs, angolas, jejes representavam identidades criadas pelo tráfico escravo, que envolvia grupos étnicos mais específicos oriundos da África. Os nagôs, por exemplo, pertenciam a diversos grupos iorubás que viviam em vasta região do sudoeste da atual Nigéria. No Brasil,

² Os laços de solidariedade de ajuda mútua são conhecidos como as irmandades negras. As irmandades são associações de cunho católico, dedicadas á devoção de santos católicos, caracterizada na sociedade pela ajuda mútua. A ajuda mútua aos escravizados/as era na compra de alforrias, sepultamentos dos escravos e ampará-los nas dificuldades.

viraram todos negros, identidade à qual se amoldaram sem esquecer origens mais específicas. Na maioria das vezes as irmandades se formavam em torno das identidades africanas mais amplas, criadas na diáspora, mas havia exceções. (REIS, 1996, p.5).

Na Freguesia de São José das Itapororocas, os africanos tiveram pequena presença, os grupos que fizeram parte da composição social da localidade construíam laços afetivos, culturais e religiosos com os iguais e de etnias diferentes. Alguns autores que investigam o cenário do tráfico baiano enfocam nas suas discussões que a corrida dos traficantes de escravos na arrecadação de mão-de-obra ocasionou às seguintes consequências: a quebra da linhagem familiar africana, desproporção dos sexos (alto número de homens africanos e crioulos) e a adaptação com os demais grupos étnicos presentes nas localidades vizinhas.

As recriações ou não de uma nova identidade étnica e cultural após o tráfico surgiram como forma de resistência às normas e regras da sociedade escravista e cristã, ou seja, as comunidades escravistas partiam de um referencial de poder paternalista e subordinação senhorial dos proprietários de terras. Na complexidade das divisões étnicas, os africanos foram partilhados em nações. As nações africanas é um modelo classificatório para diferenciar as etnias pela sua origem regional ou mais especificamente étnica, ao mesmo tempo em que, as divisões dos negros africanos fundamentavam-se numa estratégia da Igreja Católica e da sociedade colonial, para fim de permanecer a divisão da população escrava e as separações dos grupos rivais advindos da África.

No início do século XIX, podemos perceber que o contingente de crioulos (negros nascidos no Brasil) crescia na Freguesia de São José das Itapororocas. Esse fenômeno da diminuição de africanos é decorrente do envelhecimento dos escravos africanos e a cessão do crescimento deste contingente pelo tráfico atlântico.

2) Família escrava

As informações encontradas nos livros de batismo da Freguesia de São José das Itapororocas sobre a existência da formação da família escrava no Sertão Baiano desconstruem o mito da família negra desregrada vivendo em promiscuidade sexual. Os conhecimentos sobre família escrava informam que as experiências dos sujeitos históricos escravizados vêm sendo (re) interpretados pelo surgimento de um

novo modelo conceitual sobre os núcleos familiares negros. Na década de 1970, há uma retomada histórica referente aos estudos sobre os núcleos familiares escravos nas diferentes regiões brasileiras. Esse período está inserido no processo de revisionismo da História da escravidão no Brasil, impulsionado por novas fontes e temas de pesquisa. A partir dos resultados analisados sobre a família negra nos assentos batismais é possível fazer uma releitura dos perfis dos núcleos familiares escravos e padronizá-los a partir de olhares positivos em detrimento dos olhares eurocêntrico e homogeneizado ao universal cultural dos escravos.

Os relatos dos viajantes e estrangeiros são importantes para percebermos a existência da família escrava e podem ser lida de modo diferente na contemporaneidade. Os dados encontrados nos livros de batismos tiveram um papel importante, pois utilizando as atualizações teóricas e documentais sobre a família negra no Brasil, a visão estrangeira e dos viajantes sobre a promiscuidade, destruturação e instabilidade da base familiar escrava pode ser modificado, ou seja, focalizar temas mais amplos sobre as relações familiares no cotidiano da escravidão. Os estudos etnológicos e os referenciais teóricos da linha de pesquisa da História Social no século XIX excluíam dos seus estudos, a existência de laços familiares nas escravarias brasileiras. Essa afirmativa apoiava-se nas análises dos observadores e estudiosos da época. Os olhares dos estrangeiros eram fortalecidos por informações distorcidas, ou seja, o olhar “preconceituoso” branco em relação aos lares negros consistia na manutenção de uma hegemonia cultural, social e eurocêntrica sobre a negra.

Tais aspectos metodológicos e conceituais foram transmitidos e assimilados pelos estudiosos brasileiros sobre o perfil desregrados das relações sociais criadas pelos negros/as Os estudiosos brasileiros focalizavam a inexistência de uma solidez de núcleos familiares escravos. Parafraseando Slenes, a visão estrangeira esteve baseada no ideal burguês de maior estabilidade da família nuclear e mais enfoque ao trabalho, contrapondo – se, a situação do Brasil que estava passando pelo processo de transição do trabalho escravo para o assalariado. Era necessário, neste contexto, extinguir os vestígios da sociedade escravista, principalmente, o modelo familiar dos escravizados/as. (SLENES, p.15).

A nova conceituação do significado da família escrava na sociedade escravista é impulsionada pelos estudos de Kátia Mattoso, e Maria Inês de Oliveira, Isabel Reis sobre a Bahia, no século XIX. A historiografia recente da família negra no tempo da escravidão modificou os referenciais teórico-conceituais da historiografia da escravidão, no qual, comprovou a existência dos arranjos familiares nas práticas cotidianas dos sujeitos escravizados, como uma forma de resistência cultural e étnica. O surgimento desses estudos, juntamente com a utilização de fontes inexploradas, afirmam o reconhecimento e insere um novo aporte teórico sobre a família escrava no Brasil.

Contudo, é importante relatar alguns casos encontrados nos livros de batismos da Freguesia de São José das Itapororocas (1785-1826) evidencia a presença de mães solteiras africanas no ato do batismo, a presença do pai era caso raro nos apadrinhamentos de africanos encontrados nas localidades. Os casos encontrados mostram as múltiplas formações familiares, simbólicas e religiosas presentes no território feirense. Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga (2008) abordam a discussão da família escrava e identidade étnica dos africanos na sociedade baiana. O mérito dos autores é referente a uma análise sobre a família escrava africana. A assertiva dos autores sobre a família africana:

Construir família era um projeto de vida do escravo. Para o africano desenraizado pelo tráfico, a recriação de laços familiares no Brasil foi fundamental para enfrentar a dor da separação dos parentes deixados na África. No interior da família constituída aqui muitas vezes era possível recuperar valores, formas de convivência doméstica e crenças vivenciadas na África. A formação de laços familiares foi importante também para a manutenção dos espaços de moradia, acesso a uma parcela de terra para o cultivo e para reagir às práticas de dominação senhorial. Assim, a atuação em família ampliava as possibilidades de sobrevivência dos cativos e permitia a elaboração de projetos de liberdade. Muitos senhores de fato só permitiam que suas terras fossem usadas como roças em regime familiar. Sem dúvida, a família foi fonte importante de recursos para enfrentar e transformar as condições de vida escrava. (p.98).

Nesta perspectiva, o processo de formação familiar foi fundamental para os negros escravizados na Freguesia de São José das Itapororocas, pois, desta conseguiram ampliar seus vínculos afetivos e simbólicos através das relações de compadrio e ampliação de membros familiares. A formação familiar atrelada aos laços de compadrio se instituía num jogo de melhorias de vida nas escravarias. As

melhorias de vida fundamentavam-se nas criações de vínculos consangüíneos e/ou espirituais com o mundo externo. Sobre a família cativa e as redes sociais, Florentino e Góes⁴ (1997), expôs que:

A família escrava se abria, pois, e, no contexto específico da escravidão, tal abertura tinha um sentido eminentemente político. Na verdade, o que buscava era aumentar o raio social das alianças políticas e, assim, de solidariedade e proteção, para o que se contava inclusive com os ex-escravos, escravos pertencentes a outros senhores e, em casos eventuais, com alguns proprietários. (p.92).

Na mesma linha de discussão Rocha (2006), constata a prática de manutenção da família escrava em Campinas e que a Lei de 1871 retificava uma prática instituída, logo:

Portanto, ao que parece, muito antes da lei de 1871 proibir a separação de casais e de pais e filhos menores de 12 anos (em qualquer tipo de transmissão de sociedade), a prática entre os senhores de escravos de Campinas era a de preservar esses núcleos familiares nas partilhas, sobre os casais. Assim, podemos considerar que aquela lei veio formalizar uma prática já existente desde a primeira metade de Oitocentos. (p.185).

A importância da criação da família escrava no cativo teve diversos significados na sociedade escravocrata. Os significados eram os seguintes: paz nas senzalas – contenção dos conflitos escravistas, elemento simbólico de dominação dos senhores de engenhos, extensão dos laços de solidariedade. Existiram também nesse processo de formação familiar, as famílias de santos⁵.

No trabalho de Sandra Graham (2005), ela afirma a quase totalidade de escravos eram casados na região de Rio Claro. A igreja defendia o matrimônio baseados no Concílio de Trento de 1563, só que nem todas as regiões os casamentos eram registrados pela Igreja, logo na localidade de Rio Claro, os escravos casados constituíam a regra quase absoluta. Em 1830, aproximadamente 98% de todos os adultos eram casados, inclusive todas as 34 mulheres e todos, menos dois, os 44 homens cativos. (p.57).

⁴ Manolo Florentino e José Roberto Góes. *A paz nas senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro. 1790-1850. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

⁵ LIMA. Vivaldo da Costa. "Família de santo nos candomblés jeje-nagôs da Bahia: Um estudo intra-grupais". Dissertação de Mestrado, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1977, PP.146-147.

Os dados analisados dos batismos de escravos permitem ratificar a existência família negra no agreste baiano e que conseqüentemente, as mudanças econômicas e políticas do sistema escravista não anularam as experiências cotidianas e familiares dos cativos. No próximo caso, observam-se outra estrutura familiar muito constante nas informações dos registros paroquiais, as mães solteiras africanas. Vale ressaltar, os outros grupos étnicos tiveram um número expressivo de mães solteiras. Conforme a tabela a seguir:

Proporção de pais africanos (1785-1826)

Nomeação	Nº	%
Mãe africana	58	82,9
Pai africano	7	17,1
Total	65	100

Fonte: Livro de batismos de escravos da freguesia de São José das Itaporocas.

Proporção de pais crioulos (1797 -1826)

Nomeação	Nº	%
Mãe crioula	110	91,6%
Pai crioulo	10	8,4%
Total	120	100

Fontes: Livros de batismo de escravos na Freguesia de São José das Itaporocas.

Na linha interpretativa sobre família negra, o trabalho de Maria Vasconcellos (2002) fundamenta-se no referencial analítico da Região Sudeste e no século XIX, o não reconhecimento do nome do pai foi uma constante nos apadrinhamentos de crianças escravas. Ela expôs que: “A não indicação do nome dos pais, nesses casos, representaria ou o desconhecimento do nome desses pelas mães, ou fato destas não poderem indicá-los, apontando para o fato de serem as crianças prole bastarda dos senhores casados, ou de seus parentes “(p.165).

Na mesma linha de análise, o trabalho de Maria Inês Oliveira sobre os laços de família e a escolha dos parceiros entre os africanos na Bahia, afirma a existência de ligações sociais endogâmicos de uma parcela dos cativos recém chegados da África. Nesta perspectiva da recriação de redes de sociabilidade, a ausência dos nomes dos pais nos batizados de africanos nas freguesias baianas era um dado constante. Como observava, em Oliveira (1992): “Sem dúvida a escravidão teria sido o fator decisivo para o baixo índice de casamentos entre as africanas libertas, visto que na maior parte dos casos a alforria só se lhes tornava possível em idade relativamente avançada, após terem seus filhos em cativeiro.”(p.182.)

Assim, nos anos 90, a historiografia ratifica a ausência do pai nos apadrinhamentos, sendo que, a certificação da falta do pai encontra-se na análise feita por Kátia Mattoso na década de 30, não anulando a importância da família escrava⁶ mesmo não configurada aos moldes ocidentais e brancos.

Na análise de Machado e Florentino no seu trabalho *“Famílias e Mercado: Tipologias Parentais de acordo ao grau de afastamento do mercado de cativos (Século XIX, os autores analisam os padrões de organização familiar em diferentes escravarias, focalizando as discussões de como o padrão econômico desenvolvidos nos plantéis rurais examinados poderiam aproximar e/ou afastar os núcleos familiares da Região Sudeste. Com isso, eles concluem sua perspectiva interpretativa, afirmando que os plantéis serviam para constituir as famílias*

⁶ A importância dos laços parentais no mundo escravista possibilitava uma proteção e uma rede maior de solidariedades. Segundo Graham (2006): “Ter parentes era importante na variante escrava dessa cultura que localizava e validava a identidade de uma pessoa dentro da família, Os que não tinham laços familiares não eram membros plenos da sociedade e permaneciam mais vulneráveis ao desgaste das dificuldades cotidianas do que cercados pela presença protetora da família. (p.58)

escravas⁷. Na nova situação, observa-se um casos de formação familiar escrava sem procedência étnica/cor.

O padrão de relacionamentos fechados era uma variante na Bahia, porém, na Freguesia de São José Itapororocas os casamentos inter-étnicos tiveram características marcantes no período de 1797-1805. Esse período revela um número maior de mães africanas solteiras e escravas na comunidade agrestina. Na região de Feira de Santana, os casamentos eram mistos entre os diversos grupos étnicos e/ou sem especificação da cor. Conforme explicita Oliveira, ao relatar as outras preferências de relacionamento dos africanos:

Esse comportamento característico das diversas “nações” africanas na Bahia, não impediu o desenvolvimento de outros tipos de relações como com os crioulos, por exemplo, que participavam da comunidade de seus pais, mas também com pardos e mesmo com brancos. No entanto, os africanos procuravam de preferência viver entre os seus a integrarem-se na sociedade baiana, que por seu turno nunca lhes facilitara esta tarefa, protegida pelos preconceitos que alimentavam a hostilidade em relação àqueles “estrangeiros. (OLIVEIRA, 1992, p.193).

Tal panorama conjuntural da Freguesia de São José das Itapororocas no período de 1785-1826 encontra-se um alto número de mães africanas solteiras em decorrência de um baixo índice de pais africanos solteiros, de certa forma, quase inexistente.

Os casamentos endogâmicos⁸ eram raros, pois, havia uma predominância na região de mães solteiras. Talvez a preponderância de mães africanas solteiras pudesse ter sido devido à grande importação de escravos em relação às escravas na região⁹ quando nos verificamos as proporção numéricas das mães de

⁷A família escrava é o *locus* primordial de contínua produção e reprodução da cultura negra no seu tempo. (FLORENTINO & MACHADO, 2000, p.69).

⁸ Casamentos ou uniões com indivíduos da mesma origem. Destaca-se que os africanos recém-chegados preferiam efetivarem uniões com pessoas da mesma nação ou com pessoas que possuíam nomes da mesma descendência.

⁹ Essa afirmava das desproporções dos sexos nas escravarias é notável nas obras e artigos lidos sobre a formação da família escrava. Na linha interpretativa de Graham, existem outras interpretações referentes à demografia escrava. Como expôs nesta assertiva: “Eles sustentam que desequilíbrio persistentes entre os números de escravos machos e fêmeas – em geral, mais homens do que mulheres, devido à maior oferta de homens no tráfico africano, pois as mulheres na África eram mais valiosas demais para serem vendidas – prejudicavam a possibilidade de os escravos formarem famílias e explica a suposta baixa taxa de matrimônio entre os escravos. Pensando bem, parece um argumento estranhamente ingênuo que assume o ponto de vista masculino, não o das mulheres: é evidente que elas tinham uma ampla escolha de homens disponíveis. A escassez de

procedência étnica variadas, vemos que entre 1821-1826. De certa forma, existiu na Freguesia de São José das Itapororocas uma desproporção dos sexos a partir das informações levantadas nos assentos batismais dos livros 6B, 7B e 8B.

Condição Jurídica dos Africanos Batizados (1785-1826)

Condição Jurídica	Nº	%
Escravos	87	87%
Libertos	2	2%
Sem Identificação	11	11%
Total	100	100%

Fonte: Livros de batismos de escravos da Freguesia de São José das Itapororocas.

Daí se conclui a importância do entendimento da formação familiar escrava. As familiares nucleares dos cativos estavam inseridas no contexto final do mercado de escravos e a afirmação do parentesco. A família escrava é, pois, uma forma de organização comunitária cativa singular e mantenedora da cultura negra ao longo do tempo. Neste caso, os laços de compadrio não se desvinculam do estudo da família escrava. E para, compreender as formas associativas da Freguesia de São José da Itapororocas, precisamos interpretar as estratégias utilizadas pelos cativos africanos na escolha dos padrinhos.

A escolha de padrinhos e madrinhas estava sempre presente nas redes sociais elaboradas pelos escravizados na Freguesia de São José das Itapororocas. Os batizados de africanos analisados são perceptíveis o alto número de padrinhos livres

possíveis esposas escravas pode ser a razão do celibato dos cativos, ou de se unirem a não-escravas, mas não explica o comportamento das cativas. (p.59)

em relação aos padrinhos escravos. A escolha das comadres e dos compadres era carregada de obrigações espirituais e materiais com os seus afilhados. O trabalho de Brügger (2004), analisado a Freguesia de São João Del Rei em Minas Gerais, afirma a existência na localidade de um grande número de padrinhos livres, como expôs neste trecho:

A opção preferencial por padrinhos livres indica a intenção dos cativos de estabelecer, através do compadrio, alianças “para cima”. Afinal, o padrinho, segundo a própria doutrina católica, constituía-se em um segundo pai, em um com-padre: ou seja, a pretensão de que esta divisão pudesse ser feita com homens situados num patamar superior e que pudessem dispor de mais recursos – não só financeiros, mas também políticos e de prestígio – para o “cuidado” dos afilhados. (p.6)

A freguesia de São José das Itapororocas, no período de 1797-1805, foi marcada por um alto índice madrinhas livre em detrimento de madrinhas escravas e libertas. Nesse mesmo período, na pia batismal da região encontram-se padrinhos livres, ou seja, a figura do padrinho nos batizados era considerada mais importante do que as madrinhas. Na região agrestina, independente da condição jurídica dos batizados, a presença de padrinhos da mesma freguesia era mais freqüente. Os apadrinhamentos ocorridos na Freguesia de São José das Itapororocas (1797-1826) mostram a circulação dos cativos africanos e de outros grupos étnicos pelas freguesias vizinhas. As freguesias mais freqüentes nas rotatividades dos escravizados/as são estas: São Gonçalo, Tiquaruçu, Santo Amaro, Água Fria, Vila Agua e Rio Fundo.

A circulação dos cativos pelas freguesias da região mostra outra modalidade preferencial nas escolhas dos padrinhos entre os escravos e libertos¹⁰. As escolhas dos padrinhos se estendiam para fora do cativo. Vale ressaltar, certa predominância na Freguesia de São José das Itapororocas de padrinhos ligados aos proprietários de escravos/as, alguns padres padrinhos e donos de escravos, capitão e tenentes no papel de padrinhos dos cativos. No processo de análise dos batismos de africanos não encontrei casos de padrinhos brancos e nem santos católicos, quando houve a ausência dos padrinhos no ato do batismo.

¹⁰ Para a Bahia, GUDEMAN E SCHWARTZ resumem “*que os escravos eram apadrinhados tanto por escravos como por livres.*” (1998, p.46).

Sobre as escolhas do padrinho, um caso raro de batizado de africano: a escrava Maria, adulta da nação Hauça, sem especificação dos nomes dos pais, teve como seus padrinhos o Capitão José da Costa Vitória e Alexandre José. Este é um caso curioso, porque na ausência da madrinha, esta foi substituída por outro padrinho. Os motivos da ausência da madrinha não são expostos nos livros paroquiais analisados. Nesta perspectiva, a escolha do padrinho era feita dentro e fora do cativeiro. Schwartz dá uma afirmativa sobre as estratégias na escolha dos padrinhos pelos cativos (2001):

O processo pelo qual os padrinhos eram escolhidos pelos escravos ou pelos senhores permanece desconhecido. É certo que havia variações que deixavam a iniciativa, às vezes, nas dos senhores. Embora certos padrões de seleção parecessem um tanto constantes, como a escolha de outros escravos para padrinhos de africanos recém-chegados e uma preferência entre certos povos africanos por padrinhos de sua própria nação, as variantes dos padrões de seleção com o passar do seu tempo indicam mudanças na dinâmica das relações entre senhor e escravo, nas posturas com relação à comunidade escrava, e no valor dado ao incentivo e ao aumento da família escrava em suas dimensões rituais, bem como jurídicas e consangüíneas. (SCHWARTZ, p.286).

. No livro 6B (1785-1793) encontra-se uma maior expressividade de batizados adultos africanos. A maior ocorrência de escravos adultos batizados estaria ligada a um aumento da fluência do tráfico de cativos na região. Na perspectiva interpretativa de Vasconcellos, a autora expôs sobre os batismos de africanos adultos no Rio de Janeiro:

O batismo para o adulto conferia-lhe um nome cristão e o iniciava no cristianismo. Daí, vinham os padrinhos e madrinhas, estas últimas mais ausentes que os primeiros, respectivamente em quinze e trinta cerimônias. Ambos tenderam a ser, gradativamente, indivíduos conhecedores das angústias e expectativas do cativeiro, além de serem, geralmente da mesma propriedade do batizando, o que resultava da facilidade por parte do proprietário de dispor de cativos para tal. Mas, talvez, fosse intenção dos proprietários aproximar o recém-chegado dos "irmãos" de destino, conferindo-lhe um anfitrião, alguém que poderia auxiliá-lo em seu doloroso processo de adaptação, de transformação em escravo. (p.159)

Além de ser tão expressivo o número de escravos adultos que receberam o batismo na localidade, eles não representavam a maior parcela da população residente no povoado de São José das Itaporocas. Na mesma linha interpretativa,

Oliveira afirma que no compadrio de libertos, o batizado ocorria na fase adulta e de forma coletiva. A autora afirma que:

Entretanto, é importante atentarmos para o fato de que a maioria dos libertos teria recebido o batismo em grupo, na idade adulta, ainda nos primeiros tempos de seu cativeiro, recebendo por padrinhos pessoas desconhecidas, escolhidas provavelmente pelos senhores, pelos seus prepostos ou pelos próprios párocos. Seria compreensível que em tais condições as relações entre os escravos e seus padrinhos não tenham se transformado em vínculos mais profundos senão para uns poucos africanos. (1992, p.185)

Em segundo lugar veio à preferência pelos libertos, com a liderança de padrinhos livres. Justifica-se tal escolha à proteção que poderia oferecer o padrinho livre que responderia com maior certeza a essa proteção que a madrinha livre. A preferência por padrinhos escravos foi mínima, mostrando mais uma vez, que a comunidade escrava em São José da Itapororocas preferiu estabelecer laços de compadrio entre a população escrava e livre. Além desses padrões de escolhas de padrinhos, vale ressaltar, alguns padrinhos brancos¹¹ nos batizados de escravos sertanejos, ou seja, esse apadrinhamento reafirma as estruturas de poder presentes na sociedade escravista. Na Freguesia de São José das Itapororocas existiu uma hierarquização dos proprietários e seus familiares apadrinharem os cativos. Como afirma Cacilda Machado, neste trecho:

O compadrio com uma pessoa de status social mais alto poderia constituir uma aliança decorrente da necessidade, num mundo hostil, de laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si e aos seus filhos. Sobre o apadrinhamento de escravo por parente do senhor poder-se-ia acrescentar que, da perspectiva do pai ou da mãe da criança, seria estratégico ter como aliado alguém que, embora não pertencesse à casa do senhor, era seu parente, portanto suficientemente próximo para poder interferir em caso de conflitos. (MACHADO, 2006, p.73).

O trabalho de Schwartz (2001), *Abrindo a roda da família: Compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia*. O autor aponta as preferências pelos padrinhos livres no Recôncavo Baiano – Santiago de Iguape. Conforme o resumiu:

¹¹ Brügger (2004) constata a presença de padrinhos brancos em São João Del Rei, vejamos: “Sempre houve padrinhos cativos e libertos de escravos. No entanto, esta determinação é indicio de uma preocupação de controle senhorial que, se não impôs totalmente os padrinhos brancos aos cativos, pode ter estimulado esta preferência entre a escravaria.”

O processo pelo qual os padrinhos eram escolhidos pelos escravos ou pelos senhores permanece desconhecido. É certo que havia variações que deixavam a iniciativa, às vezes, nas mãos do escravo, e, outras vezes, na dos senhores. Embora certos padrões de seleção parecessem um tanto constantes, como a escolha de outros escravos para os padrinhos dos africanos recém-chegados e uma preferência por certos povos africanos por padrinhos de sua própria “nação”, as variantes dos padrões de seleção com o passar do tempo indicam mudanças na dinâmica das relações entre senhor e escravo, nas posturas com relação à comunidade escrava, e no valor dado ao incentivo e ao aumento da família escrava em suas dimensões rituais, bem como jurídicas e consangüíneas. (p.286).

As alianças dos cativos africanos poderiam ser de variadas formas associativas, no qual, resultassem alternativas prováveis de sua libertação. Ao explicitar as diferenças da escolha dos padrinhos, a ótica dos cativos modificam ou se assemelhavam a depender da região. Cada região do país tinha sua especificidade econômica, política e étnica, ou seja, as variações das escolhas dependiam das normas e regras de cada escravaria. Na Freguesia de São José das Itapororocas, no contexto intensificação dos laços de parentesco, as madrinhas quase não apareciam no ato do batismo e quando apareciam eram livres e escravas. Vejamos a tabela que demonstra a mínima quantidade de africanos presentes na pia batismal na condição de padrinhos.

Padrinhos africanos de batizados africanos (1785 -1826)

Padrinhos africanos	Nº	%
Homens	9	52,9
Mulheres	8	47,1
Total	17	100

Fonte: Livros de batismo de escravos da Freguesia de São José das Itapororocas.

Ainda referente à escolha dos padrinhos, na perspectiva de Brügger, as perspectivas dos cativos eram muito nítidas, seja porque era uma aliança com

“benfeitores” que poderiam ser re-significadas almejando as manumissões¹². A intenção da criação das redes espirituais com os compadres, concluímos neste trecho:

Era, provavelmente, a partir deste parentesco simbólico que afilhados e suas famílias, de todos os grupos sociais, geravam expectativas em relação aos padrinhos, sobretudo no que diz respeito à proteção de seus parentes rituais. Daí a escolha freqüente de padrinhos mais bem situados na hierarquia social e que, portanto, disporiam também de mais recursos, não só econômicos, para proteger seus afilhados, inclusive, no caso dos cativos, facilitando-lhes o acesso à alforria. (2004, p.19)

Essas relações promoviam fortes laços entre padrinhos e afilhados. Os laços de compadrio mantiveram as ligações espirituais e parentais, ao mesmo tempo em que, promoveu o respeito do afilhado com o padrinho. Neste caso, os laços de batismo da Freguesia de São José das Itapororocas resultavam em aproximações sociais entre livres, forros e escravos no território sertanejo propiciando novas práticas cotidianas dos cativos africanos e crioulos.

3) Quais são as ÁFRICAS que aparecem nos batizados da Freguesia de São José das Itapororocas?

A complexidade do mundo escravista permitiu uma variada composição social na sociedade sertaneja. A variedade populacional presente na Freguesia de São José das Itapororocas foi beneficiada pelos grupos étnicos africanos. Neste processo de formação populacional, quais são as Áfricas que constituíram o cenário da sociedade sertaneja? No sertão de Feira de Santana, os grupos étnicos marcantes na formação da sociedade foram os seguintes: Angolas, Geges¹³ e

¹² Schwartz (2001) analisa as alforrias na Bahia (1648-1745) e conta na sua análise que as cartas de liberdade não significavam afastamento total das obrigações com o senhor. A concessão de uma carta de alforria, quer gratuita quer paga, não isentava o liberto de todas as obrigações para com o ex-senhor. As emancipações podiam ser concedidas e, durante o período estudado, houve tais concessões. Em comparação, entretanto, as emancipações representavam menos de vinte por cento da amostra. (p.206).

¹³ Segundo Reis, os jejes eram originários das seguintes regiões africanas: Na geopolítica do tráfico, todos os povos tutelados pelos Fon do antigo Daomé __ daomés, marris, ewes __ eram assimilados

Nagôs¹⁴. Os Geges e Nagôs pertenciam os negros africanos pertencentes à África Ocidental e os Angolas pertenciam à África centro - ocidentais. As nações com menor expressão numérica presentes no seio da sociedade feirense foram às seguintes: Guiné, Benguela e Callabar. Nesta perspectiva, as divisões dos negros africanos em nações foram provenientes do tráfico negroiro¹⁵. Como destaca Reis neste trecho:

No Brasil, viraram todos nagôs, identidade à qual se amoldaram sem esquecer origens mais específicas. Na maioria das vezes as irmandades se formavam em torno das identidades africanas mais amplas, criadas na diáspora, mas havia exceções. Os nagôs do reino de Ketu, por exemplo, reuniam-se na igreja da Barroquinha em torno da irmandade do Senhor dos Martírios e, mais tarde, da devoção de Nossa Senhora da Boa Morte, designação que evoca a relevância dos rituais fúnebres para seus fundadores. (REIS,1996.p5-6).

Vale ressaltar que na multiplicidade de grupos étnicos africanos presentes na Freguesia de São José das Itaporocas, os minas tiveram certa expressividade na composição social da localidade. Na análise interpretativa de Reis, o autor enuncia no seu trabalho a origem dos negros Minas no Continente Africano:

Essa designação “étnica” (*mina*) incluía numerosos grupos originários da costa ocidental africana, notadamente aqueles sob a égide do antigo reino do Daomé, mas não somente eles. Eram escravos exportados através de portos como Ajudá, Jaquin, Grand Popo, Porto Novo e outros. Os jejes e nagôs podiam estar incluídos sob o guarda-chuva mina, mesmo na Bahia, onde viriam a se afirmar tão solidamente como grupos étnicos específicos, o que aconteceria a partir do final do século XVIII, quando os jejes e sobretudo os nagôs inundariam o mercado escravo baiano.(REIS, 1996, p.9).

Neste contexto de inserção de africanos de variados grupos étnicos no Brasil, podemos perceber as redes sociais estabelecidas por eles, destacando-se, o

ao termo jeje. Mas se para o escrivão da devassa "jeje" bastava, este termo não bastava para o africano. (REIS, 1996, p.18)

¹⁴ O alto contingente de nagôs na Bahia foi devido a intensificação do tráfico atlântico na África Ocidental. Segundo Reis (2008): “A grande maioria dos cativos desembarcados na Bahia era nagô, como em meados do século também seria nagô a maioria dos libertos, potenciais compradores.” (p.296)

¹⁵ Segundo Slenes: “os africanos no Brasil viam suas ligações com seu continente de origem constantemente renovadas pelo tráfico.”(p.56).

batismo de africanos. O batismo de escravos de africanos na Bahia é considerado uma recriação de laços de solidariedade africana, ou seja, são proteções espirituais nas maiores das vezes privilegiando as suas compatibilidades étnicas herdadas do Continente Africano. A solidariedade africana abordada no texto é referente às novas redes sociais formados nas localidades brasileiras. Os laços sociais dos africanos não eram construídos no Novo Mundo, eles eram reelaborados. Como Slenes alude nesta citação: “Ao mesmo tempo em que as vias de acesso à nova sociedade provavelmente não lhes pareciam muito abertas, os africanos no Brasil viam suas ligações com seu continente constantemente renovadas pelo tráfico.”(1991-1992 p.56). Vejamos a tabela a seguir referente às nações presentes na localidade de Feira de Santana:

Grupos Africanos na Freguesia de São José das Itapororocas (1785-1826)

Procedência /Etnia	Números	%
Angola	58	5,8%
Nagô	36	3,6%
Gege	57	5,7%
Mina	21	2,1%
Callabar	1	0,01%
Aussá	2	0,02%
Congo	5	0,05%
Africana	3	0,03%
Guiné	1	0,01%
Benguela	1	0,01%
Sem procedência étnica/cor	916	91,6%
Total		100%

Fonte: Livro de Batismo de escravos da Freguesia de São José das Itapororocas, 1785-1826

Sobre a interpretação concebida por Reis sobre os batismos de Africanos na Bahia e as redes de solidariedade entre os africanos e crioulos no século XIX, vejamos neste trecho:

O batismo, nesse caso, podia funcionar como um mecanismo de reafirmação, quando não da criação, da solidariedade africana. Dessa rede de solidariedade também faziam parte os pais, e, sobretudo as mães africanas dos afilhados crioulos. Não se deve igualmente deixar de fora dessa rede às comadres crioulas de Domingos, pois através dele passavam elas também a fazer parte do círculo africano, se não já o fizessem de outra forma, o candomblé inclusive. (REIS, 2008, p.275)

A diversidade étnica dos povos africanos marcava as comunidades negras tanto na organização social como na inserção e compreensão do processo de luta de resistência ao processo escravista no final do século XVIII e XIX. Foram encontradas no universo dos grupos étnicos da comunidade escravista sertaneja, populações cativas miscigenadas, e neste aspecto, as etnias mais presentes foram às seguintes: pardos/as, preto/as¹⁶, cabras, inclui-se nesta multiplicidade étnica, os batizando pais, padrinhos, mães imprimindo num modo particular de associações étnico-racial. Vejamos a tabela referente à proporção de homens e mulheres africanas batizadas na Freguesia de São José das Itapororocas.

Africanos batizados na Freguesia de São José das Itapororocas (1785 - 1826)

Nomeação	Nº	%
Mulheres africanas	37	40,6
Homens africanos	55	59,4

¹⁶ Fraga (2006): O “termo” preto poderia ser utilizado como sinônimo de ex-escravo. Em muitos casos, a cor aparece como marca distintiva da condição pregressa do indivíduo. Aqui, condição escrava e racial confundiam-se.”(p.303).

Total	91	100
--------------	----	-----

Fonte: Livros de batismo de escravos da Freguesia de São José das Itaporocas.

Mattoso (1988) expôs sobre a falta dos pais africanos na pia batismal:

Quanto foram os escravos vindos crianças da África, não sabemos; no entanto, sabemos que, já na idade adulta, quando interrogados sobre a sua filiação, vários dentre eles confessaram não se lembrar do nome de seus pais. Como que a violência que foram arrancados dos seus meios, o esforço em adaptar-se num novo ambiente, tivesse obscurecidos toda e qualquer memória. (p.7)

De todo modo, os casos analisados revelam a importância dos laços de nação dos escravos com seus proprietários, como estratégias de unidade étnica dentro das escravarias. Os autores contemporâneos que trabalham com a temática da presença de africanos na Bahia focalizam suas discussões das redes sociais constituídas por esse grupo social. A união identitária é marcante para os africanos livres. Esse grupo social utiliza-se de todas as alianças possíveis para manter uma proximidade entre a população negra cativa e forra na Bahia.

As condições de moradia em Salvador foram também um fator favorável à articulação da comunidade africana, propiciando ao mesmo tempo a reunião de escravos e libertos da mesma nação num mesmo espaço residencial e o desenvolvimento de relações de vizinhanças com o que habitavam nas proximidades. Os escravos evidentemente espalhavam-se por todas as freguesias da cidade, morando ou não nas residências senhoriais, e pelas vizinhanças, quando não sob o mesmo teto. (OLIVEIRA, 1992, p.189). A historiografia da escravidão comprova que os africanos livres buscavam alianças com escravos da mesma nação e eram mais sensíveis as mazelas do sistema escravista do que os crioulos libertos e livres. Na análise de Mattoso (1981):

O africano nascido livre é mais sensível aos males da escravidão do que o crioulo, a quem a instituição parece muito natural. Divergência fundamental que explica as animosidades entre africanos e crioulos. O africano liberto está mais próximo dos escravos, mais solidário com sua antiga comunidade. Além dessa manumissão; que ele oferece facilmente ao seu

escravo, o africano tem todo um comportamento de fraternidade ativa diante do conjunto grupo escravo. (p.12).

Tais categorias associativas de africanos tecem relações e organização social particularidades, aos que chegaram e nasceram no território brasileiro. Seguindo uma linha discursiva contemporânea, Maria Inês de Oliveira (1992), expôs que:

Os motivos que levavam um africano liberto a adquirir escravos entre os de sua própria “nação” estavam ligadas as escolhas pessoais, mas, também as limitações existentes no mercado quanto à variedade de suas regiões de origem, não restando ao comprador muitas opções neste sentido, especialmente na praça de Salvador. Ao nível das escolhas pessoais, um escravo da mesma nação representava para o africano algumas vantagens. Em primeiro lugar, não havendo a barreira lingüística, era possível aos libertos adquirir um “escravo novo”, cujo preço era bem mais acessível do que o de um ladino, e começar imediatamente a usufruir do produto do seu trabalho, especialmente no caso das “ganhadeiras”, que adquiriam escravas para trabalhem ao seu lado. (p.188).

As alianças criadas pelos africanos podem ser consideradas uma forma de reconstrução dos laços de nação perdidos durante o tráfico negreiro ou nos plantéis de escravos. Na região agrestina, entretanto, as ligações interétnicas são freqüentes e, aparentemente mais importantes, do que os laços étnicos reconhecidos nas regiões de grande aglomeração africana. Na complexidade do território pluriétnico da região de Feira de Santana, marcado por uma população africana minoritária, os laços mais estendidos parecem ter sido mais estratégicos para a experiência coletiva da comunidade africana.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **“Famílias, terreiros e Irmandades”**. Uma história do negro no Brasil / Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. _Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.320p.

BARICKMAN, B.J. **Até a véspera: O trabalho escravo e a produção de açúcar no Recôncavo Baiano (1850-1881)**. Afro - Ásia. 21-22, 1998-1999, 177-238.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. **Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João Del Rei, 1730-1850**. Trabalho Apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Poulacionais, ABEP, Caxambú – MG, Brasil, 20 a 24 de Setembro de 2004.

FARIA , Sheila & SLENES, Robert. **Família escrava e Trabalho**. Tempo, Vol. 3, nº6, Dezembro de 1998.

FLORENTINO & GÓES. **A paz nas senzalas: Família Escrava e Tráfico Atlântico**. Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850.1997.

FLORENTINO & MACHADO. **Famílias e Mercados: Tipologias parentais de acordo ao grau do afastamento do mercado de cativos. Século XIX**. Afro – Ásia, 24(2000), 511 -70.

FREIRE, Jonis. **Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo(MG)(1838-1888)**. XIV Encontro Nacional de Estudos populacionais. ABEP. Caxambu-MG. 20-24 de setembro de 2004.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. (2005). **Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade Escravista Brasileira**. - São Paulo, Cia. das Letras.

GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart B. “Purgando o pecado original: Compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. **Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial** trad. Laura Teixeira Motta, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

MACHADO, Cacilda. **As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais(PR) na passagem do século XVIII para o XIX.** Revista Brasileira de História. São Paulo. ANPUH, vol.26, nº 52, jul-dez., 2006.

MAMIGONIAM, Beatriz Galloti. **Do que “o preto mina” é capaz : Etnia e resistência entre africanos livres.** Afro – Ásia, 24(2000).71-95.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **No Brasil Escravista: relações entre libertos e homens livres e entre libertos e escravos.** Revista Brasileira de História., São Paulo, 1,2:219-233, set.1981.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil .** São Paulo : Brasiliense, 2003.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Sampuleiros traficantes: comércio de escravos do Alto sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista.** Afro – Ásia, 24(2000),97-128.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. **Viver ou Morrer no meio dos seus: Nações e comunidades africanas no século XIX.** Revista USP. São Paulo (28): 174 -193, Dezembro/Fevereiro/95/96.

REIS, João José.(2008). **Domingos Sodré, Africano ladino e homem de bens.**In: **Domingos Sodré, um sacerdote africano.: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX.** São Paulo: Companhia de Letras.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. (1989). **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** - São Paulo: Cia. das Letras.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. ***História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX***, Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **“Uma negra que fugio, e consta que já tem Dous filhos”:** fuga e família entre escravos na Bahia.” Afro-ásia, 23(1999). Pp.27-46.

REIS, João José. **Identidade e diversidades étnicas nas Irmandades Negras no tempo da Escravidão**. Tempo, Rio de Janeiro, vol.2,nº 3,1996,p.7-33.

REIS, João José. **“Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII”** In: **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, Rio de Janeiro: CNPq, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. (2001). **Escravos, roceiros e rebeldes**. SPP. EDUSC.

SLENES, Robert. **Lares Negros, Olhares brancos: Histórias da Família escrava no século XIX**. Revista Brasileira de História. São Paulo. v.8 nº 16, PP.189-203,mar.88/ago.88.

SLENES, Robert. **Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

VASCONCELLOS, Maria Cristina de. **O compadrio entre escravos numa comunidade em Transformação. (MAMBUCABA, ANGRA DOS REIS, SÉCULO XIX)**. Afro – Ásia, 28 (2002), 147-178.